

Exmo. Sr. Presidente da 8ª Comissão da
Educação Ciência e Cultura da Assembleia
da República

Tendo em vista dar resposta ao ofício nº 312/8ª – CECC/2014 11-07-2014, a AJUP, associação juvenil os perdigotos, pronuncia-se sobre a Escola Pública em Portugal, apoiando para tal o enunciado na Petição n.º 403/XII/3ª, da iniciativa de Sindicato dos Professores da Região Centro – Direção Distrital de Castelo Branco.

Defender a Escola Pública é sinónimo de defesa de um ensino e educação de qualidade. Estes dois termos, ensino e educação, parecem-nos indissociáveis, uma vez que o primeiro não vive sem o segundo e este é imprescindível para termos cidadãos na verdadeira acepção da palavra.

A actual política educativa está a contribuir, cada vez com mais acuidade, para a diminuição das condições de funcionamentos das escolas. A constante diminuição de meios humanos e materiais, tem tido como consequência o arrastamentos das escolas para uma acção deficitária, fazendo com que progressivamente esta vá perdendo importância aos olhos da opinião pública e que, o seu papel como veículo transmissor de conhecimentos mas também como espaço, que a par com as famílias, deve ser motor da formação de cidadãos livres, independentes e capazes de assumir em pleno as suas responsabilidades na sociedade.

Para que tal não aconteça, o estado deve privilegiar o investimento na escola pública, deixando outras escolas ao cuidado da iniciativa privada, que, como o próprio nome indica, devem auto financiar-se e parafraseando o mais alto responsável governativo “ os privados que fazem maus negócios e praticam má gestão é que devem arcar com os problemas e os prejuízos. E não como sucedeu no passado, ser o estado, os contribuintes e a UE a arcar com esses prejuízos.”

Para inverter o caminho que se tem vindo a seguir, deverão, em nossa opinião, ser tomadas medidas, que não poderão deixar de passar, entre outras, pelas seguintes:

- a) Dimensionar as escolas de modo que possam ser geridas de forma personalizada, contrariando o armazenamento e sobrelotação, tendo em atenção que formar crianças e jovens não é o mesmo que gerir uma fábrica de parafusos.
- b) Criar mecanismos de autonomia, que permitam às direcções escolares centrar o seu trabalho nos aspectos educativos e formativos, em detrimento do trabalho administrativo, que tantas vezes relega para segundo plano aquilo que deve ser o cerne do trabalho das escolas.
- c) Privilegiar a constituição de turmas com um número de alunos adequado às aprendizagens, especialmente nos níveis etários mais baixos, de molde que o trabalho desenvolvido não comprometa, irremediavelmente, o futuro escolar das crianças.
- d) Criar condições para que o pessoal docente possa desenvolver o seu trabalho num clima de tranquilidade social, sendo para tal necessário desenvolver políticas que façam com o professor volte a ter o papel importante e de destaque que sempre teve na sociedade portuguesa.
- e) Dotar as escolas com pessoal não docente em quantidade para acompanhar o quotidiano das escolas, não descurando a sua formação como educadores que também devem ser.
- f) Diminuir a carga burocrática que se abate sobre as escolas e os que nelas trabalham, evitando assim que se percam horas e horas em trabalho que deveria reverter em prol dos alunos.
- g) Tornar a IGEC um motor de apoio às escolas e não um mero instrumento fiscalizador das políticas ministeriais.
- h) Alterar o actual modelo de gestão das escolas, que na prática as torna reféns e meras executoras das políticas definidas a nível central.

AJUP

associação juvenil

Em conclusão, defender a Escola Pública é muito mais que efectuar arranjos de circunstância. É isso sim sinónimo de defesa de um país com futuro, pois não haverá futuro sem jovens convenientemente preparados.

Castelo Branco, 29 de Julho de 2014

A Presidente da AJUP

Sofia Barroso